

■ Até onde vai a sua ideologia?

■ O discurso do *site* Escola Sem Partido

*Victor Ramos Freire**

*Graduando em Ciências Sociais (habilitação em Antropologia), Universidade de Brasília (UnB)

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a iniciativa Escola sem Partido (ESP), mais especificamente a retórica presente no *site* *escolasempartido.org*, a fim de entender sua razão de existir, suas motivações e seus objetivos. O artigo se apoiará na visão de antropologia da política de Kuschner (2007), nos conceitos de poder simbólico, campo e divisão de Bourdieu (1989) e na análise institucional de Douglas (2007). Esta análise caminhará aos questionamentos da narrativa autoproclamada como “desideologizada” do ESP e demonstrará possíveis ambiguidades presentes no discurso da iniciativa.

Palavras-chave: ideologia, educação, doutrinação, Escola sem Partido, Antropologia da Política.

Introdução

O objeto deste artigo será a iniciativa ou movimento político de articulação denominado Escola sem Partido (ESP), mais especificamente o conteúdo presente no *site* do movimento *EscolasemPartido.org*. O foco será a análise de sua razão de existir, suas motivações, suas pretensões e seus objetivos baseado em sua retórica presente em seu *site*.

O ESP é uma iniciativa que tenta combater o que chamam de “doutrinação político-ideológica na escola por parte de professores militantes”, que ao invés de ensinar as matérias aos alunos, estariam os doutrinando para que esses alunos sigam e repliquem as ideologias doutrinadas pelos professores. Mesmo com essa pauta, é um

movimento que se define apolítico ou, melhor ainda, “desideologizado”.

O Escola sem Partido é um movimento de articulação política que luta para que as suas reivindicações se tornem lei. Existem diversos projetos de lei em todos os âmbitos (nacional, estadual e municipal) que estão sendo apresentados, redigidos ou já estão em tramite (como é o caso da lei nacional). E, ainda, existe um outro *site* ligado totalmente ao ESP (<http://www.programaescolasempartido.org/>) que é responsável pela organização desses projetos de lei: há um modelo pré-estruturado de lei que qualquer pessoa pode enviar ao seu deputado ou vereador.

Diante deste problema, este trabalho tem como objetivo entender o embasamento desta retórica apolítica e sem ideologia mesmo este sendo um movimento político. Assim, as principais perguntas seriam: o que é política para eles? E quais são as ideias que embasam essa retórica, mas que estão para além dos objetivos explicitados por eles?

Pretende-se, portanto, responder, mesmo que parcialmente, as perguntas presentes nesta introdução, além de outras que aparecerão no andamento do trabalho. Tentaremos entender esse fenômeno dentro do contexto político brasileiro com a ideia de construção de ideologias políticas, buscando um questionamento da posição e do papel das escolas e do Estado nessa conjuntura.

A principal hipótese está na ideia de que a retórica da ESP é controversa, pois na tentativa de combater, na sua visão, a imposição de apenas um escopo ideológico na escola ideologicamente acaba também por tentar impor uma certa visão de mundo em detrimento de outras. Ou seja, a solução proposta pelo Escola sem Partido acaba por ter a mesma natureza do problema que se diz combater, que é ideologização do conteúdo ministrado nas escolas. É uma retórica que parece neutra, mas que talvez uma leitura minuciosa possa demonstrar as nuances e problemas que possivelmente podem estar presentes.

Buscaremos um embasamento em três autores que guiarão nossa visão antropológica. Faremos a formação deste objetivo em Kuschnir (2007) e os instrumentos dessa busca serão tirados de Bourdieu (1989) e Douglas (2007). Kuschnir será usada para operacionalizar uma definição de antropologia da política e aplicá-la à retórica do Escola sem Partido. Bourdieu será usado pelos seus conceitos de poder simbólico, campo e divisão e Douglas será usada a partir de suas ideias sobre instituições.

Por fim, a metodologia a ser utilizada será de uma análise do conteúdo dos *sites* da iniciativa Escola sem Partido, a saber, escolasempartido.org e, muito menor grau, programaescolasempartido.org. Este conteúdo será visto como os dados que embasarão o argumento deste trabalho



que será feito após a leitura dos dados. As informações foram analisados em novembro de 2015.

O que é a iniciativa EscolaSemPartido.org (ESP)?

Em sua apresentação, que consta no *site*, o ESP inicia sua fala colocando que em uma sociedade livre e democrática, uma escola deveria funcionar apenas como um centro de produção e difusão do conhecimento, aberta a uma ampla gama de perspectivas que coadunariam com uma reflexão neutra dos infinitos matizes da realidade.

Porém, no Brasil, o movimento Escola sem Partido diagnosticou que este papel não está sendo seguido pelas escolas públicas e privadas, além das universidades públicas e privadas¹, pois elas foram cooptadas por grupos e correntes políticas e ideológicas que se pretendem hegemônicas. Transformando, assim, a escola em “uma caixa de ressonância” das doutrinas e agendas desses grupos. E, segundo o movimento, a maioria dos educadores e das autoridades ignora o problema da doutrinação, quando não o apoiam e promovem. Deste

modo, verificamos que a categoria “doutrinação” talvez seja a mais importante para iniciativa, tendo no seu combate a sua razão de existência.

É neste contexto de subversão do papel da escola que o movimento EscolasemPartido.org surge para se dedicar a difusão e combate ao problema da instrumentalização da educação para fins políticos, ideológicos e partidários. Pretendem não só mostrar que o problema existe, mas que ele está presente na maioria (senão em todas) as instituições de ensino do país.

Além disso, colocam-se como um grande provedor de informações sobre o tema e como um espaço onde pais, estudantes e ex-estudantes poderão emitir suas opiniões acerca de professores, grades curriculares e materiais didáticos que ignoram a radical diferença entre educação e doutrinação. Para isso o ESP faz um chamado a pais e estudantes:

Se você sente que seus professores ou os professores dos seus filhos estão comprometidos com uma visão unilateral, preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais; se percebe que outros enfoques são por eles desqualificados ou ridicularizados e que suas atitudes, em sala de aula, propiciam a

¹ A partir deste momento, todas as instituições de ensino que estão abarcadas pelo projeto da ESP serão referenciadas como “escola”. A não ser quando seja necessário especificar uma delas.

formação uma atmosfera de intimidação incompatível com a busca do conhecimento; se observa que estão engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores, envie-nos uma mensagem relatando sua experiência (acompanhada, se possível, de elementos que possam comprová-la). Ajude-nos a promover a liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias nas escolas brasileiras. (escolasempartido.org/apresentacao).

Existe outra seção do *site*, nomeada de “Quem Somos”, assinada pelo idealizador do movimento e um dos seus coordenadores Miguel Nagib.

Segundo o autor, o EscolasemPartido.org é uma iniciativa de estudantes e pais preocupados com o alto nível de “contaminação político-ideológica” presente nas instituições de ensino do Brasil. Pois, a pretexto de transmitir uma “visão crítica” da realidade existe *um exército organizado de militantes vestidos de professores* que se utilizam da sua posição de educador para impor a sua própria visão de mundo perante os alunos. O autor entende que pais e alunos como membros da comunidade escolar não podem aceitar este cenário.

A tentativa de combate a essa conjuntura por meios convencionais esbarra na dificuldade de provar os fatos e na recusa dos professores, coordenadores e até empresários donos de escolas em admitir a existência do problema (escolasempartido.org/quem-somos).

E é, então, a partir desta dificuldade que nasce a iniciativa EscolasemPartido.org. Inspirada por um movimento semelhante dos Estados Unidos (NoIndoctrination.org), ele tem por objetivo divulgar testemunhos de alunos e pais contra esses falsos educadores, ou melhor, doutrinadores (escolasempartido.org/sobre-nos-footer).

O autor do texto até constrói uma analogia para o objetivo da iniciativa: “Abrir as cortinas e deixar a luz do sol entrar. Afinal, como disse certa vez um conhecido juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, ‘*a little sunlight is the best disinfectant*’.” (escolasempartido.org/quem-somos). Colocando a iniciativa como a luz que ilumina as trevas da doutrinação na escola. É uma analogia muito próxima a usada pelo iluminismo do século XVIII.

Como qualquer movimento que pretende algo, o ESP possui uma cartilha de objetivos especificada para entendermos pelo que lutam: (I) pela descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas, (II) pelo respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes e (III) pelo respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções. E partir desses objetivos há a pretensão de:

apoiar iniciativas de estudantes e pais destinadas a combater a doutrinação ideológica, seja qual for a sua coloração; orientar o comportamento de estudantes e pais quanto à melhor maneira de enfrentar o problema; oferecer à comunidade escolar e ao



público em geral análises críticas de bibliografias, livros didáticos e conteúdos programáticos; promover o debate e ampliar o nível de conhecimento do público sobre o tema “doutrinação ideológica”, mediante a divulgação de atos normativos, códigos de ética, pareceres, estudos científicos, artigos e links dedicados ao assunto (EscolasemPartido.org/objetivos).

Sendo assim, definimos (ou melhor, o ESP mesmo se definiu) o que é a iniciativa ESP, quais são seus objetivos e contra o que e quem lutam.

Por fim, para fechar a definição, é importante ressaltar que o Escola sem Partido luta para que as suas reivindicações se tornem lei. Existem diversos projetos de lei em todos os âmbitos (nacional, estadual e municipal) que estão sendo apresentados, redigidos ou já estão em tramite (como é o caso da lei nacional). E existe um outro *site* ligado totalmente ao ESP (<http://www.programaescolasempartido.org/>) que é responsável pela organização desses projetos de lei: há um modelo pré-estruturado de lei que qualquer pessoa pode enviar ao seu deputado ou vereador.

O objetivo da lei é defender a liberdade de aprender do aluno em detrimento da liberdade de ensinar do professor, fazendo com que os alunos saibam quais são os seus direitos e que professores lembrem-se de seus deveres. E, para isso, o projeto de lei pretende a fixação em

todas as salas de aula do Brasil de um quadro contendo cinco deveres. Que são: (I) O professor não abusará da inexperiência, da falta de conhecimento ou da imaturidade dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente político-partidária, nem adotará livros didáticos que tenham esse objetivo. (II) O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, religiosas, ou da falta delas. (III) O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas. (IV) Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa, isto é, com a mesma profundidade e seriedade, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito. (V) O professor deverá abster-se de introduzir, em disciplina obrigatória, conteúdos que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos estudantes ou de seus pais (escolasempartido.org/deveres-do-professor).

Essa mesma lei criaria mecanismos de punição ao professor que desrespeitar as normas e de defesa aos alunos que estão sendo vítimas da doutrinação.

Avançando no problema da “doutrinação”

Resumindo, o movimento ESP tem a sua razão de existência no combate a doutrinação das escolas. O combate é encabeçado por pais e estudantes contra a doutrinação político-ideológica que os professores (ou doutrinadores) estão executando. Além disso, há uma tentativa de defender convicções morais e religiosas dos pais e estudantes, ou seja, coloca-se que o professor não pode oferecer nenhum conteúdo que entre em embate com as convicções morais e religiosas dos estudantes, pois a educação moral e, até certo ponto, a educação “crítica” cabe estritamente à família.

Mas, como definir o que entrará em embate com as convicções morais e religiosas de cada aluno em um país de grande diversidade cultural, racial e econômica, onde não há uma coesão ou unidade na sociedade sobre aquilo que é moralmente certo ou errado? Isto acaba por demonstrar algo característico do pensamento conservador, que é não só a falta de confiança na eficácia do Estado em incidir decisivamente sobre a moral, mas a compreensão de que isso nunca cabe a coisa pública. Logo, existe, primeiramente uma separação clara daquilo que é tido como público e daquilo que é tido como privado e, posteriormente, a necessidade de reduzir o espaço de atuação do Estado, apequenando a importância da coisa pública e dos espaços de sociabilidade em relação ao que é tido como privado. Assim, algo

comum ao pensamento conservador também é comum ao modo de pensar do Escola sem Partido, este sendo o primeiro de indício que há sim ideologia no discurso do movimento.

Mas, afinal, para o ESP, o que vêm a ser doutrinação? Que práticas são consideradas como doutrinantes? Existe a relação entre um conteúdo ideológico específico e as práticas de doutrinação? Onde entra a noção de neutralidade? Não haveria um viés ideológico mesmo neste combate a doutrinação político-ideológica? E finalmente a pergunta que centra deste trabalho: o que é política para o Escola sem Partido? Essas são algumas perguntas que tentaremos responder.

Não existe nenhuma parte do *site* que está escrito: “a doutrinação é...”, por isso não é simples encontrar a definição do ESP sobre o que é doutrinação. Todavia, existe uma seção intitulada “Flagrando o Doutrinador”, onde se elenca uma série de práticas por parte do professor que faz com que o *aluno-vítima* perceba que está sendo “doutrinado”. É uma lista grande de práticas, mas acreditamos que seja interessante colocá-la na íntegra:

- *se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional;*
- *adota ou indica livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica;*



- *impõe a leitura de textos que mostram apenas um dos lados de questões controvertidas;*
- *exibe aos alunos obras de arte de conteúdo político-ideológico, submetendo-as à discussão em sala de aula, sem fornecer os instrumentos necessários à descompactação da mensagem veiculada e sem dar tempo aos alunos para refletir sobre o seu conteúdo;*
- *ridiculariza gratuitamente ou desqualifica crenças religiosas ou convicções políticas ou difama personalidades históricas, políticas ou religiosas;*
- *pressiona os alunos a expressar determinados pontos de vista em seus trabalhos;*
- *alicia alunos para participar de manifestações, atos públicos, passeatas, etc.;*
- *permite que a convicção política ou religiosa dos alunos interfira positiva ou negativamente em suas notas;*
- *encaminha o debate de qualquer assunto controvertido para conclusões que necessariamente favoreçam os pontos de vista de determinada corrente de pensamento;*
- *não só não esconde, como divulga e faz propaganda de suas preferências e antipatias políticas e ideológicas;*
- *omite ou minimiza fatos desabonadores à corrente político-ideológica de sua preferência;*
- *transmite aos alunos a impressão de que o mundo da política se divide entre os “do bem” e os “do mal”;*
- *não admite a mera possibilidade de que o “outro lado” possa ter alguma razão;*
- *promove uma atmosfera de intimidação em sala de aula, não permitindo, ou desencorajando a manifestação de pontos de vista discordantes dos seus ou não impede que tal atmosfera seja criada pela ação de outros alunos;*
- *utiliza-se da função para propagar ideias e juízos de valor incompatíveis com os sentimentos morais e religiosos dos alunos, constrangendo-os por não partilharem das mesmas ideias e juízos.*

Ou seja, doutrinar não é exatamente uma ação, mas um conjunto de práticas que constituem um possível processo de doutrinação ideológica por parte do professor perante os seus alunos.

Até agora, não ficou claro nenhuma relação específica entre um conteúdo ideológico específico e a doutrinação. Mas é preciso uma rápida viagem pelas páginas do *site* para encontrar a relação.

Há uma página no *site* intitulada “FAQ”, que é uma sigla inglesa que significa perguntas mais frequentes, logo é a seção onde estão as perguntas que mais frequentemente são feitas pelos internautas para o movimento. A primeira pergunta é: “A doutrinação é um problema grave na educação brasileira? Por quê?”, na sequência a pergunta é respondida com um sim e é posto três razões para isso. A primeira delas é que a doutrinação cerceia a liberdade de aprender do estudante sem ser doutrinado, a segunda razão é que os estudantes são, em geral,

jovens inexperientes e imaturos e, logo, não estão preparados para reagir à doutrinação e a terceira (e mais importante) é que segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Sensus, 78% dos professores acreditam que a principal missão da escola é “despertar a consciência crítica dos alunos”.

Mas o que haveria de errado em despertar a consciência crítica dos alunos? Curiosamente essa é a segunda pergunta do FAQ, e é aqui que o recorte ideológico é feito de maneira explícita. A resposta que a EscolasemPartido.org dá é a seguinte: “Não haveria nada de errado, se esse ‘despertar da consciência crítica’ não consistisse apenas e tão somente em martelar *ideias de esquerda* na cabeça dos estudantes” (<http://escolasempartido.org/faq>). Ou seja, o problema da doutrinação está em “martelar ideias de esquerda”, onde seria montada uma consciência crítica distorcida da realidade, que só enxerga aquilo que favorece as visões de esquerda como a “crítica a civilização ocidental, o cristianismo, os valores cristãos, a Igreja Católica, a ‘burguesia’, a família tradicional, a propriedade privada, o capitalismo, o livre-mercado, o agronegócio, o regime militar, os Estados Unidos, etc”. E segundo o ESP essa atitude acaba por, também, omitir os fatos condenáveis da esquerda como as mortes causadas pelo “socialismo real” e as ditaduras ditas comunistas.

Dito isso, o ESP advoga por uma defesa pelo “verdadeiro” pensamento crítico, e não o que chamam de fraude, que dominou todo o sistema.

Não fica claro exatamente o que o ESP toma por esquerda e, principalmente, direita. O mais próximo que podemos chegar da definição deles de esquerda é relação direta que a esquerda possuiria com os regimes que se auto-intitulavam comunistas no século XX e com os autores marxistas. A noção de direita não fica nem um pouco clara, as únicas relações que podemos fazer é aproximando a direita de ideias de civilização ocidental, cristianismo, “burguesia”, família tradicional, propriedade privada, capitalismo, livre-mercado, agronegócio e regime militar.

Apesar de o nome ser Escola sem Partido, não se luta contra só com partidos, mas com tudo que abarcaria ideologias de esquerda.

Seguindo o argumento, há uma pergunta no FAQ sobre se existe doutrinação de direita e a resposta que a ESP dá é elucidativa:

Existem professores de direita que usam a sala de aula para fazer a cabeça dos alunos. Mas são franco-atiradores, trabalham por conta própria. No Brasil, quem promove a doutrinação político-ideológica em sala de aula, de forma sistemática e organizada, com apoio **teórico** (Gramsci, Althusser, Freire, Saviani, etc.), **político** (governos e partidos de esquerda, PT à frente), **burocrático** (MEC e secretarias de educação), **editorial** (indústria do livro didático) e **sindical** é a esquerda. (as palavras foram destacadas pela própria fonte).



Essa resposta mostra contra quem a ESP está lutando. A luta é contra um movimento de esquerda extremamente organizado (e unificado, na visão deles) que promove a doutrinação político-ideológica nas escolas e universidades com apoio teórico, político, burocrático, editorial e sindical. O Partido dos Trabalhadores é citado como a grande força política provedora deste movimento. O PT é único partido citado nessa seção do *site*. É interessante neste ponto como uma doutrinação por parte de um professor de direita é completamente deixada de lado com a justificativa que de que os professores de direita são “franco-atiradores” em prol do combate a um suposto movimento de esquerda organizado e indivisível.

Na sequência dessa resposta há uma pergunta sobre se o ESP é de direita. Na sua resposta é explicitado que “não defendem” nenhuma ideia de direita, conservadora ou liberal, logo, se colocam como um movimento sem ideologia, logo, um movimento político sem ideologia, algo no mínimo contraditório. Dizem que este rótulo é colocado neles pelos esquerdistas que por verem no ESP alguém que combate a doutrinação, os esquerdistas os veem como rivais ideológicos. Nas palavras do ESP: “Ou seja: se combatemos uma prática da esquerda, temos de ser ‘de direita’. É assim que eles raciocinam” (escolasempartido.org/faq), mas o que é interessante é que se alguém combate o que o ESP defende é visto como “de esquerda”.

Respondendo mais claramente a pergunta: existe a relação entre um conteúdo ideológico específico e as práticas de doutrinação? Para o ESP sim, a prática da doutrinação estaria intimamente ligada à ideologia de esquerda, que possui um arcabouço teórico, ideológico e político para organizar esse tipo de movimento. E agora a outra pergunta: não haveria um viés ideológico mesmo neste combate a doutrinação político-ideológica? Antecipadamente podemos dizer que sim, mas as justificativas só serão dadas mais para frente no desenvolvimento do argumento deste texto.

Ainda falta responder onde entra a noção de neutralidade.

A partir de uma tentativa de síntese sobre o que a ESP aponta, a escola deveria ser um espaço onde reinasse a produção e difusão do conhecimento não doutrinário, onde todos os lados fossem colocados de uma maneira neutra. O ESP admite que a neutralidade perfeita seja impossível, mas ressalta que o argumento que defende que não há imparcialidade está imbuído de má-fé. Pois, a neutralidade absoluta é impossível, mas cabe aos educadores executarem uma metodologia que diminuísse as possíveis distorções ideológicas das quais o conhecimento é vulnerável, só que para o ESP, na verdade os doutrinadores se utilizam do argumento da imparcialidade impossível como salvo-conduto para uma educação ideológica e doutrinadora.

Logo, porque se a objetividade absoluta é impossível, a conduta moralmente certa por parte do professor seria seguir o ideal da objetividade o máximo possível e não usar este argumento como desculpa para realizar a doutrinação. Neste ponto, que está na página FAQ, a ESP até cita Max Weber, na tentativa talvez de invocar uma autoridade científica para o seu argumento.

Agora, na tentativa de buscar o que é visto como político pela ESP para responder ao principal objetivo de uma antropologia da política, no sentido de Kuschner: “A antropologia da política tem por objetivo entender como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como interagem e atribuem significado aos objetos e às práticas relacionadas ao universo da política” (KUSCHNIR, 2007), encontrou-se uma dificuldade em relação ao fato de que na maioria das vezes que surgia a palavra “política” ou “político”, ela sempre vinha acompanhada da palavra “ideológico”. Isso demonstra, em um primeiro sentido, que no entendimento da ESP aquilo que é político é ideológico e, logo, há uma tentativa de construir uma relação direta entre o pensar político e o pensar ideológico e, também, da ação política e da ação ideológica, misturando discursivamente os conceitos.

Além disso, político-ideológico também seria o que escapa a esse ideal objetivo do conhecimento na escola e, por isso, tem que ser deixado do lado de fora da escola. Há uma clara preferência por uma educação mais

técnica e objetiva em detrimento de uma educação politizada e subjetiva. Até porque a educação moral e religiosa não caberia à escola e sim à família e como já tratado acima isto é algo característico do pensamento conservador.

Mas este “pensar político-ideológico” estaria deslocado da prática política institucional, aquela que se dá nos âmbitos institucionais legais do Estado. Esta política não é vista como ideológica, ela é o campo de disputa onde está em jogo a tentativa do movimento ESP ganhar sua legitimação e força de lei e é aqui entra a questão do papel do Estado. Mas para isso, no entendimento do movimento é preciso que se difunda o seu argumento para a população a partir do *site*.

Dito isso, percebe-se que há um duplo sentido atribuído ao que é político. Um primeiro que seria político-ideológico e que teria maior relação com a prática política.

As controvérsias ou “até onde vai sua ideologia?”

Encerrando essa intensa descrição e colocação de dados, passaremos agora a discutir esses dados a luz de autores como Bourdieu (1989) e Douglas (2007) na tentativa de estabelecer relações e aproximações entre os dados para construção de compreensão do ESP.



Esta seção do texto se desenrolará a partir da última pergunta respondida na seção anterior: o que é política para eles?

Como já explicitado, o que é político pode ser entendido como o que é ideológico (político-ideológico talvez seja a categoria mais adequada), que seria aquilo que escapa à objetividade do conhecimento e, assim, isso não poderia entrar na escola, como explicitado na primeira prática do professor condenada pela página “Flagrando o Doutrinador”. Ou seja, há uma tentativa de justificar a ideia de uma “escola-bolha”, uma escola completamente deslocada do resto do mundo social pelo temor de uma escola que doutrine os estudantes. Em consequência disso, pode-se tentar perceber que o ESP advoga por uma escola que dê preferência a uma educação mais “técnico-objetiva” e individual em detrimento de uma educação mais “político-subjetiva” e social. A escola serviria para formar o indivíduo para o mercado e caberia à família a formação moral e de valores, além da “consciência crítica” (que não pode caber a escola) desse mesmo indivíduo.

Pensando com Bourdieu (1989), primeiramente utilizamos o conceito de poder simbólico, presente no capítulo 1 de seu livro *O poder simbólico*, é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica, ou seja, o sentido do mundo supõe um conformismo lógico, uma concepção homogênea que torna possível

a concordância entre as inteligências (BOURDIEU, 1989) e a partir disto pode se pensar que as produções simbólicas são elas mesmas instrumentos de dominação, tornando a escola um lócus central para a reprodução da sociedade. E a separação postulado pelo Escola sem Partido entre um conhecimento técnico e objetivo e um conhecimento subjetivo e “político-ideológico” pode ser visto como estratégia de luta pela dominância do campo educacional e escolar. Este campo é no sentido que Bourdieu dá no capítulo 3 do mesmo livro, onde o campo é uma representação do espaço simbólico onde ocorre a luta entre os agentes pela determinação, validação e legitimação das representações.

Ainda trabalhando com Bourdieu (1989) e as noções de região e de *di-visão*, percebemos que há tentativa de concorrência pelo monopólio da *di-visão* legítima daquele que seria o papel da escola, uma *di-visão* entre aquilo que é objetivo (técnico) e pode “entrar” na escola e aquilo que é subjetivo (político-ideológico) e não pode “entrar”. Assim, o Escola sem Partido não percebe que mesmo os critérios mais bem embasados na realidade se limitam apenas a registrar um estado de luta de classificações e não uma melhor divisão do que é objetivo e subjetivo. A realidade objetiva não está separada de suas representações subjetivas (ou simbólicas), a realidade é um lugar de uma luta permanente de representações para defini-la. Não existe uma realidade objetiva fora do universo de representações (BOURDIEU, 1989).

Pensando a partir de Douglas (2007) e sua discussão sobre o como as instituições pensam, dialogam, se legitimam e se sustentam, qual é a instituição que o ESP pretende sustentar? Um sistema educacional objetivo e técnico que formaria indivíduos para o mercado junto como uma família completamente responsável pela educação moral e de valores destes indivíduos. Além disso, seria uma instituição normativa com embasamento legal, pois a ideia é que a instituição vire lei.

E apesar do discurso defender a exposição da pluralidade ideológica do mundo na escola, há uma clara preferência em perseguir e depurar da escola aquilo que é tido como “ideias de esquerda” por serem ideias consideradas como questões de ordem moral e/ou subjetiva (como, por exemplo, o que a direita conservadora define como “ideologia de gênero”). Deste modo, podemos ver o ESP como um movimento que tem por ambição refundar a instituição escola a partir de novos pressupostos baseados totalmente em uma purificação da escola daquilo que é político, subjetivo e/ou moral. Ou seja, refundar instituição baseada em uma separação tida como natural, fazendo parte da ordem do universo e, assim, podendo servir de embasamento argumentativo (DOUGLAS, 2007). Esta separação é a clássica separação do público e do privado, do objetivo e do subjetivo, do político e do técnico; sendo a escola um espaço público não se pode admitir a presença do subjetivo, do político e da moral (que é tida como

exclusiva do âmbito privado), pois isso é uma afronta a ordem natural das coisas.

Além disso, o ESP na tentativa de legitimar o seu posicionamento acaba por construir uma instituição a partir de analogias, ao modo de pensar de Douglas (2007). Em outras palavras, a ESP ao se utilizar da “analogia iluminista” (já comentada lá em cima) e da analogia de que o desenvolvimento de conhecimento pela escola está para intervenção objetiva na realidade enquanto a família que desenvolve as representações simbólicas. Há uma tentativa de estabelecer uma analogia de um fato histórico e uma analogia de uma divisão moderna do mundo, que para os modernos é praticamente natural: a realidade objetiva e as representações (DOUGLAS, 2007).

E uma tentativa de criar uma analogia serve para tentar legitimar uma instituição frágil, segundo Douglas (2007). Deste modo, podemos ver a iniciativa ESP como um movimento que tenta construir uma instituição irreduzível revertendo uma possível naturalização da doutrinação em nome de outra naturalização, que seria este mundo onde a escola tem que ser uma bolha de conhecimento que está deslocada do resto do mundo.

Por fim, acreditamos ter percebido uma última coisa. Na construção do objeto que a ESP declarou como o símbolo de seu combate, há a criação



de uma subjetivação, a do aluno-vítima. Tira-se a agência do aluno, “cria-se” um sujeito novo, o aluno-vítima que sofre passivamente a doutrinação do professor-doutrinador. Esta agência é retirada dos alunos em prol de uma retórica de que a agência está com a própria ESP como movimento político tenta combater o problema através da difusão e do apoio aos pais e estudantes na luta pelo direito de aprender sem ser doutrinado dos últimos. Pode-se pensar que não é só agência que é oferecida pela iniciativa, é também uma consciência de que ele está vítima de uma doutrinação. E isso se dá por ela perceber o sujeito aluno como um sujeito indefeso, um aluno-vítima.

Considerações Finais

Tentou-se neste trabalho demonstrar a retórica controversa que a ESP se utiliza para embasar sua argumentação para o combate legal da “doutrinação das escolas”. As noções de *di-visão* de Bourdieu, de instituição e analogia de Douglas e a ideia de aluno-vítima serviram como instrumentos para demonstrar que apesar de toda a linguagem objetiva utilizada e pretendida pela ESP, há subjetivações, naturalizações e contradições nessa retórica.

A partir do trabalho ainda é possível deduzir mais algumas colocações. Como rebater a ideia de que o ESP é uma iniciativa “desideologizada”,

pois um movimento que defenda uma divisão de funções entre uma estritamente objetiva para escola e outra subjetiva para a família, separando o âmbito público do privado, está se posicionando em um lado da luta pela produção simbólica, pois essas são noções que coadunam com uma visão de mundo não neutra, conservadora e de direita (segundo o que foi possível tirar do ESP sobre o que o mesmo toma por direita e esquerda). Não estamos afirmando com todas as letras que o ESP é um movimento conservador e/ou de direita e muito menos que é movimento completamente coeso ideologicamente, mas sim que existem certas afinidades entre a ideologia dos idealizadores do movimento (pelo que consta no *site*) com certas ideias comuns a uma ideologia conservadora.

Na retórica do movimento existem ideias que passam por um questionamento da atual educação no Brasil e que conseqüentemente acabam resultando em um questionamento do papel político da escola e do Estado. Busca-se o estabelecimento de uma nova política de Estado em relação à educação, pois do jeito que está, o partido que governa o Estado acaba apenas contribuindo e se beneficiando (quando não incentiva) os processos de doutrinação. Ou seja, o que está em jogo é a posição um tanto quanto subjetiva que o Estado está ocupando agora devido ao posicionamento do atual governo ao invés de ocupar uma posição mais neutra e objetiva desligada das relações ideológicas de

governo, assim como uma educação “neutra” busca-se um Estado “neutro”.

Demonstramos mesmo que de uma maneira incompleta (é um trabalho que pode ganhar mais profundidade no futuro) o quão controverso podem ser os discursos em torno das disputas pelas representações e funções da educação dentro de uma sociedade política complexa, a partir da visão de apenas um lado dessa luta.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. EDUSP: São Paulo, 2007.

ESCOLA SEM PARTIDO. *Apresentação*. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/apresentacao>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

_____. *Deveres do Professor*. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/deveres-do-professor>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

_____. *FAQ*. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/faq>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

_____. *Flagrando o Doutrinador*. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

_____. *Objetivos*. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/objetivos>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

_____. *Papel do Governo*. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/governo>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

_____. *Quem Somos*. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. *Saiba Mais*. Disponível em: <<http://programaescolasempartido.org/saiba-mais>>. Acesso em: 30 de nov. 2015.

